

Considerações Finais

Entendemos a emergência da ordem transnacional capitalista como um fenômeno histórico, qualitativa e quantitativamente novo, que tem origem nas crises econômicas mundiais da década de 1970 e é marcado pela formação do capital transnacional (e sua alta mobilidade material e política); pela integração funcional de todo e cada país no sistema financeiro e de produção global e pela formação de uma classe capitalista transnacional, ancorada no sistema global de mercado e de circuitos de acumulação – o que significa dizer que se de um lado há reestruturação, fragmentação e descentralização do processo e dos canais produtivos (organicamente vinculados por modelos de acumulação flexíveis), de outro lado, há centralização e concentração dos meios de tomada de decisão e controle do capital transnacional (Robinson, 2004).

A globalização é um processo histórico, ambíguo e contraditório, mas que reflete escolhas políticas intencionais de um conjunto de forças sociais dominantes, cujo objetivo é criar ordem transnacional capitalista liberalizada (Rupert, 2000). Um bloco histórico capitalista transnacional, então, atravessa as relações sociais no espaço e no tempo, se valendo do poder político dos Estados e de instituições internacionais para reestruturar o próprio Estado, a sociedade civil, a economia, a política e a cultura, de acordo com uma ideologia que prioriza o mercado e a mobilidade do capital. Embora a globalização se apresente como um fenômeno multifacetado e multidimensional, ela é dominada por princípios políticos e econômicos neoliberais (Gill, 2003). O papel do Estado na promoção da globalização é, então, fundamental: para promover a implantação do sistema econômico global (em um processo no qual o global habita o local e vice-versa), o Estado não só se gera liberalização e desregulamentação, mas cria a própria estrutura normativa necessária à globalização, o que requer dele uma postura ativa (Sassen, 2010).

Além do Estado regular a sua própria desregulação, a adoção/imposição de agendas neoliberais afeta a legitimidade do Estado em organizar a sociedade, em maior ou menor grau, acentuando, conseqüentemente, as assimetrias transnacionais de poder e o papel das instituições internacionais na promoção da governança global. A globalização aparece não só como um campo de dominação hegemônica, marcado dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas, mas como um campo de conflitos e de disputa social e política, que envolve resistência à

globalização hegemônica, relações de poder, hierarquias, inclusão subalterna e exclusão (Santos, 2002).

A emergência de uma classe capitalista transnacional se dá a partir do desenvolvimento da globalização, uma vez que os locais e os circuitos de produção são integrados globalmente, tornando, conseqüentemente, as relações de produção igualmente transnacionais, já não mais restritas aos limites do Estado-nação¹⁵⁵. Estamos de acordo com a proposição de Sklair (2001) quanto à composição da emergente classe capitalista transnacional: acreditamos ser a mesma constituída não apenas por aqueles que possuem a propriedade dos meios de produção, mas também por aqueles que controlam os meios de produção, de distribuição e troca. Esta CCT controla, de diferentes formas (econômica, política, cultural e ideologicamente), a globalização neoliberal e a condução dos negócios, embora de forma não coesa, como argumentam Robinson (2004) e Sklair (2001). Para os autores, os possíveis conflitos entre as diferentes frações que compõem a classe capitalista transnacional são contornados por uma elite capitalista transnacional¹⁵⁶ – o seu “inner circle” – que controla o sistema de decisões em prol da lógica de acumulação global. Desta forma, a propriedade e o controle dos meios de produção (aspecto objetivo) associados a noções de interesse comuns (aspecto subjetivo), ainda que muito gerais, nos permitem igualmente conceber a existência de uma classe capitalista transnacional em si e para si.

Embora concordemos com Robinson e Sklair que a CCT atua com cada vez mais autonomia em relação a entes estatais específicos, influenciando instituições globais que, posteriormente, impõem direções políticas aos Estados, discordamos do rompimento de Sklair com o Estado e, simultaneamente, com a idéia de Robinson de que o Estado esteja perdendo a sua capacidade de organizar a vida social. Neste ponto, nos parece mais adequada a posição de Sassen (2002) ao afirmar que o Estado é agente fundamental para a criação da “geografia transfronteiriça”, já que é ele o ator que cria as estruturas institucionais e legais necessárias para o funcionamento *do sistema econômico global, ainda que, para tanto, deva promover, parcialmente, a sua própria*

¹⁵⁵ O que, obviamente, não significa dizer que não haja assimetrias entre os Estados ou entre as frações que compõem a CCT, pelo contrário: é um processo gradual, desigual, que emerge de formas diferentes no Primeiro e Terceiro Mundo, envolvendo diferentes formas de hierarquias e dominações (Robinson, 2004, 72-73); a classe capitalista transnacional mantém uma estrutura vertical que reproduz as assimetrias de poder entre Norte e Sul em sua própria constituição (Carroll e Carson, 2006:66-67).

¹⁵⁶ Ou, “globalizing elites”, como prefere Gill (Gill, 2003, 158-159).

desnacionalização (Sassen: 2002, 2-5) ¹⁵⁷. Concordamos igualmente com a autora de que há, de certa maneira, *o enfraquecimento da autoridade formal exclusiva* do Estado e este enfraquecimento aparece como condição para a emergência de outras escalas espaciais, permitindo que outros atores, não-estatais, passem a atuar transnacionalmente com maior intensidade. No entanto, esta possibilidade de dispersão ocorre sob uma ampla concentração no controle, propriedade e apropriação de lucro, de forma hierarquizada e não planetária, mas múltipla, significando que as “classes globais”, como prefere a autora, possuem um enraizamento parcial em domínios nacionais, já que possuem cada uma delas, interesses específicos e fragmentados. (Sassen: 2002, 8-12; 142-158).

Essa classe capitalista transnacional tenta solucionar parte dos problemas que ela mesma cria (Sklair, 2001:27-28), a fim de “tornar o mundo um lugar seguro para o capital”, por meio da adoção de medidas democráticas de baixa intensidade, evitando, portanto, confrontos diretos e repressão violenta (Robinson, 2004:81-84). Neste sentido a apropriação das críticas ocupa um lugar fundamental na estrutura de acumulação capitalista: ela permite que ordem vigente se mantenha, incorporando e institucionalizando os valores sociais que dão legitimidade social ao capitalismo neoliberal (Boltanski e Chiappello, 2009; Plehwe et al, 2006; Brand, 2006 e Carroll e Carson, 2006).

Questões importantes como a configuração de uma nova ordem mundial, a globalização neoliberal, a transnacionalização, a constante readaptação do capitalismo liberal e a emergência do discurso do “terceiro setor” foram fundamentais para que pudéssemos analisar com se insere a temática da RSC: como forma de apropriação de críticas e manutenção da ordem vigente, que retira força das práticas sociais, políticas, econômicas e ideacionais transnacionais que se manifestam nacionalmente, ainda que de forma lenta e contraditória. O Estado Brasileiro atua de forma ambivalente: de um lado, promove, de forma ativa, a sua própria desregulação, a partir de determinações de instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, altamente influenciados pelos interesses de uma classe capitalista transnacional em constante (re)adaptação, retirando-se da parcialmente da economia, por exemplo, e por outro lado, tenta

¹⁵⁷ E, em sentido similar, temos a posição de Boaventura de Sousa Santos, exposta na seção anterior, em que o Estado promove, de forma ativa, a sua própria desregulação (Santos, 2002: 10). Entendemos a ação do neoliberalismo como força de destruição institucional e normativa que afeta a *legitimidade* do Estado para organizar a sociedade e como força que atua igualmente, de forma ativa, para promover uma estrutura de desregulação.

preservar a legitimidade do sistema de acumulação, incentivando a adoção de práticas de responsabilidade social pelas empresas e elaborando políticas de assistência e seguridade sociais, que, no entanto, destacam a necessidade de participação de esforços conjuntos (Estado, empresas e organizações da sociedade civil) para que obtenham sucesso.

As origens e a dimensão que a responsabilidade social corporativa assume puderam ser constatadas a partir do desenvolvimento de redes e instrumentos que guiam as ações das empresas, inclusive por parte de organizações internacionais, campo de conflitos para atores com aspirações opostas. Estes conflitos em torno da temática da RSC (a disputa por significados, por regulação) ocorrem tanto a nível global, quanto nacional e local, e envolvem diversos atores, não só as organizações internacionais e as frações da capitalista transnacional. ONGs, academia, sindicatos e movimentos sociais participam, de forma diferenciada e em graus diferenciados, destes embates e atuam tanto em prol de um projeto hegemônico quanto em prol de novas formas de contestação, embora não sejam ainda capazes de disputar hegemonia e de apresentar um projeto alternativo à mesma, dada a sua grande fragmentação, dispersão e incipiência.

Os nossos referenciais teóricos adquirem visibilidade e concretude através dos estudos do Pacto Global e da Rede Brasileira do Pacto Global, dadas as análises do contexto em que foram criados, as idéias que permearam a sua elaboração, suas limitações e interseções, bem como as críticas que receberam. Organizações internacionais, Estados e setores da sociedade civil, influenciados, de diferentes maneiras, pela classe capitalista transnacional, atuam de forma a promover a globalização neoliberal e a transnacionalização, de forma multiescalar (principalmente por meio do controle das subjetividades e da apropriação de críticas que passam a ser orientadas para o mercado), mas, simultaneamente enfrentam resistências e questionamentos de grupos e atores subalternos.

Especificamente sobre a Rede Brasileira do Pacto Global, acreditamos que esta, embora seja pautada na idéia de permitir o encontro e o envolvimento de diversos participantes e stakeholders, acaba, por meio do Comitê Brasileiro para o Pacto Global, a fortalecer o papel 1) do setor privado – que, ao seu enorme poder econômico, passa a incorporar também poder político – e 2) do Instituto Ethos – que passa, de certa forma, a adquirir proeminência nos debates sobre RSC nacionalmente, passando a ser tido, internacionalmente, como conhecedor e porta-voz legítimo deste debate. Desta forma, consideramos que, embora a intenção seja formar uma rede local e disseminar os

princípios do Pacto Global, além conhecimentos e práticas de RSC em um espaço geográfico mais restrito, consideramos que os desequilíbrios e as exclusões de outros atores relevantes se mantêm e até mesmo se agravam.

O peso político adquirido pelas empresas e associações empresariais é refletido no processo de tomada de decisões (formais e informais) referente à construção e à atuação da Rede Brasileira do Pacto Global, uma vez que as empresas representam 73% do Comitê e 66,1% da Rede, tendendo a concretizar os interesses e a ideologia que permeiam o setor privado – a “ideologia de co-responsabilidade de todos para o futuro do planeta”, o efeito indutivo de um “fórum/rede de aprendizagem”, o caráter voluntário dos instrumentos de RSC, os valores neoliberais de mercado (eficiência, vantagem competitiva, lucro qualitativo) e os “valores morais universais” .

O Instituto Ethos igualmente tem seu papel fortalecido a partir do desenvolvimento da Rede Local do Pacto Global no Brasil, de forma bastante particular, dado o caráter excepcional do desenvolvimento da temática da RSC no Brasil, conforme pretendemos ter demonstrado. cremos que Rede Brasileira contribui – por meio da mobilização de recursos e de legitimidade da ONU – para a disseminação das idéias de RSC e para o crescimento do próprio Ethos, uma vez que este tomou para si, numa postura pró-ativa – e, simultaneamente, recebeu do GC esta tarefa, pelo convite de Manuel Escudero (então chefe do Global Compact Network , em 2006) – o papel de líder na promoção destas idéias e na articulação da rede nacionalmente. Consideramos que o Ethos obteve visibilidade e legitimidade a partir do lançamento do Pacto Global e da criação da Rede Brasileira e, por outro lado, forneceu participantes ao Pacto Global e à rede local, estrutura e conhecimento. O Instituto Ethos passa, então, a ser tido como interlocutor legítimo nos debates sobre RSC e a estar presente em importantes organizações ligadas à RSC no plano internacional, tais como o próprio Pacto Global das Nações Unidas, o Global Reporting Initiative (GRI), e a Accountability and Sustainability.

Não vislumbramos, no entanto, a passagem da postura pró-ativa do Ethos em postura hegemônica nacionalmente, uma vez que atores relevantes não aderiram à iniciativa da ONU ou aderiram de forma restrita, não sendo representados em número expressivo. ONGs, sindicatos, movimentos sociais e academia se relacionam, de formas diferenciadas com a temática da RSC e representam formas de resistência à RSC e, conseqüentemente, à pretensão do Ethos em “falar em nome da sociedade civil brasileira”. As tensões hegemônicas foram verificadas fora da Rede Brasileira do Pacto

Global, e não dentro dela. Os encontros esporádicos, a não-representação ou a subrepresentação de atores relevantes na Rede Brasileira e no Comitê Brasileiro para o Pacto Global não permitem que possíveis discordâncias se transformem em tensões hegemônicas. Estes espaços podem ser utilizados como formas de pressionar as empresas pela concretização das idéias de RSC, mas não disputam seus significados ou questionam os valores do mercado de forma profunda.

De forma similar, embora ONGs, sindicatos, movimentos sociais e academia questionam a RSC, a transnacionalização e a globalização neoliberal, inclusive a sua estrutura e poder ideacional, suas atividades e iniciativas são muito fragmentadas, dispersas, incipientes. Não há a elaboração de um projeto alternativo conjunto que venha a disputar espaço com os atores hegemônicos.

Como limitações ao nosso estudo, destacamos as constantes reestruturações da Rede e do Comitê Brasileiro do Pacto Global, a ocorrência de encontros apenas anuais e agenda apertada dos membros que deles fazem parte, o que impossibilitou o acesso a alguns membros ou idealizadores específicos que poderiam fornecer informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, como Oded Grajew e Tábata Villares. Gostaríamos de ter explorado ainda os debates sobre sociedade civil (e sociedade civil global) e ideologia, bem como as vertentes teórico-conceituais nas Relações Internacionais que centram suas atenções especificamente em autoridades privadas e formas privadas de regulação empresarial – o que, acreditamos, acrescentariam substância ao nosso estudo.

Esperamos, contudo, que nosso estudo tenha contribuído para a percepção da crescente relevância e do crescente espaço que responsabilidade social corporativa vem ganhando no âmbito das organizações internacionais, nacionais e locais. Acreditamos que a criação do Pacto Global e das Redes Locais do Pacto Global por parte das Nações Unidas em parceria com diversos atores e grupos sociais vêm alimentar os debates sobre os efeitos, os limites, as ambigüidades e as contradições da transnacionalização, da globalização e da adaptação neoliberal, em torno da temática da RSC, demonstrando como o global e local se relacionam numa lógica multiescalar e são, desta forma, complementares.